

EDITORIAL ÁFRICA

No momento em que o mundo testemunha, inquieto, a emergência da guerra comercial entre os EUA e China, lance a lance com a ascensão de lideranças fascistas e de extrema-direita em vários continentes, podendo uma delas chegar ao governo no Brasil, quis o destino que a África nos ocupasse na edição que agora vem à luz.

Pensada para refletir prioritariamente sobre “A África, seu processo de desenvolvimento, o avanço do capitalismo nesse continente e aspectos da relação Brasil com os países africanos”, a edição 245 dos Cadernos do Ceas, contou com a coordenação da Profa. Elsa Kraychete, a quem gentilmente agradecemos, na preparação desse Dossiê que apresenta, a partir dos países que foram submetidos à colonização portuguesa, uma perspectiva de unidade continental.

A própria Elsa Kraychete abre a edição. Em “Aproximações para compreender a África contemporânea”, apresenta uma visão histórica das contradições presentes nas relações econômicas desse continente, com destaque para o período que vai da formação dos Estados nacionais africanos até a primeira década do presente século. Sua contribuição ressalta o desempenho macroeconômico dos países produtores e exportadores de matérias primas, o que reconfigurou a imagem da África no século XXI, agora com uma maior integração, ainda que de forma periférica, ao “sistema mundo”.

Parte dessa mudança deve-se aos fluxos financeiros e comerciais com os países dos BRICS, especialmente, China e Índia, no rastro da valorização das *commodities* minerais e agrícolas. Com a crise de 2008, os fluxos de capital estrangeiro no continente africano voltaram-se para a compra de terras, como observou a autora, seja para especulação como ativo real em tempo de crise financeira, seja para produção de alimentos e agro combustíveis, processo esse também observado no Brasil e na América Latina.

Nesse contexto, a África atual tornou-se também mais um exemplo das disputas geopolíticas contemporâneas, sendo que, nesse continente, as transações comerciais da China já superam em mais de quatro vezes as realizadas pelos EUA e União Europeia, e continuam crescendo. Os bilionários investimentos chineses miraram mais 500 projetos e atraíram 500.000 chineses para o continente.

É esse cenário pouco discutido, que a presente edição procurou focar, mantendo o esforço iniciado em 2017, com ed. 242, comemorativa dos 50 anos do CEAS, que já aprofundava o debate sobre a aproximação do Brasil com os países africanos e latino-americanos, via intensificação das relações comerciais, investimentos e cooperação intergovernamental para o desenvolvimento. Por essas mesmas trilhas seguem não só Elza Kraychete, como o conjunto de autoras(es) que compõe o Dossiê África.

Na sequência, Daniela Maia Cunha e Elga Lessa de Almeida questionam: “A agenda da FAO na África: a melhor estratégia para o desenvolvimento?” Elas apresentam os resultados de pesquisa onde analisam os relatórios produzidos pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), de 1970 ao início dos anos 2000, observando as mudanças em sua agenda de atuação, num contexto onde sobressaem os objetivos traçados por essas instituições em contraponto às demandas dos países africanos. Assim, a FAO configurou-se como um espaço de diálogo e mediação entre os interesses dos países africanos e os ditames do contexto internacional e suas estratégias de desenvolvimento.

Para as autoras, há décadas, o continente africano enfrenta profundas crises econômicas e sociais, que são analisadas por perspectivas distintas. Para alguns, as causas dos seus problemas seriam essencialmente fatores endógenos, corrupção, desastres naturais, ausência de planejamento estatal. Outros apontam séculos de colonização, de escravização histórica da sua população e exploração de suas matérias-primas, ademais do processo de globalização e seu viés neoliberal, das últimas décadas. O foco central do presente artigo, porém, é a agenda da FAO para a África em articulação com o cenário internacional, buscando evidenciar a adequação dessa agenda aos objetivos fundantes dessa organização.

A respeito das relações do Brasil (e de outros países) com os africanos, uma pergunta para ser respondida é, que vínculos construiremos com esse continente para o futuro? Sem necessariamente partir desse questionamento, Fernanda Maria Baraúna de Freitas Aragão e Elsa Sousa Kraychete, em “As estratégias de comunicação dos coordenadores do ProSAVANA para a legitimação do programa de cooperação”, e Isabella Lamas em “Um caso de sucesso? Políticas neoliberais, setor extrativo e corporações privadas enquanto agentes de desenvolvimento em Moçambique” ensaiam uma resposta. E este ensaio é nos é bem familiar: agronegócio e mineração.

No primeiro artigo, Aragão e Kraychete, discutem o ProSAVANA (Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique). Criado sob a justificativa de promover o desenvolvimento agrícola sustentável para melhorar as condições de vida da população do Corredor de Nacala (norte moçambicano), o ProSAVANA, celebrado entre Japão, Brasil e Moçambique revela, em essência, favorecer a expansão do agronegócio na África. Ao incentivar o aumento da produtividade da produção de alimentos por meio da mecanização e utilização de agrotóxicos, mostra-se fiel ao projeto de desenvolvimento econômico que é próprio do sistema capitalista com suas contradições e seu viés expropriatório dos povos do campo. A resistência a isso já se faz sentir, através da campanha “Não ao ProSAVANA”, uma articulação formada por camponeses, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e acadêmicos. Mas também aí, já se observam problemas, como a cooptação de lideranças e a falta de transparência.

Por sua vez, Isabella Lamas, no segundo artigo, analisa a atuação socioambiental da Vale do Rio Doce, corporação brasileira, privatizada nos anos 90, responsável por um megaprojeto de extração mineral em Moçambique (extração de carvão na Província de Tete). Neste país, o expressivo crescimento econômico recente, impulsionado pela grande quantidade de investimento estrangeiro direto no setor extrativo, donde se destaca a atuação da corporação multinacional brasileira, caracteriza-se por baixos níveis de desenvolvimento humano e conflitualidade latente, o que acentua o paradoxo central da economia política moçambicana contemporânea: crescimento econômico com aumento da pobreza e da desigualdade.

Apesar disso, ressalta a autora, para o Banco Mundial, a extração dos recursos naturais é uma possibilidade única de financiamento rápido do desenvolvimento econômico e da redução de pobreza para os países do Sul Global.

Tateando respostas ao questionamento de que vínculos queremos construir com o continente africano, Bas'Illele Malomalo Julie Lourau Osmaria Rosa Souza, em “A UNILAB na perspectiva da Cooperação Sul-Sul: Uma análise crítica decolonial africana” nos remete para uma perspectiva distinta do modelo agro-mineral, que nos aprisiona ao *modus operandi* de extração do homem e da natureza imposto pelo capital aos países do Sul. O mote aqui é a educação e a integração cultural.

Esses autores discutem criticamente a cooperação internacional entre Brasil e África, tendo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como objeto de estudo (2003 – 2018), avaliando os dois mandatos do governo Lula, durante os quais se germinou o projeto da UNILAB e o intervalo dos governos Dilma, interrompido pelo Golpe de 2016. O leitor encontra aqui a análise da história da cooperação entre Brasil e África, partindo das relações internas da UNILAB, suas dinâmicas regionais, nacionais e internacionais, culminando com a nomeação de um reitor *pro tempore* oriundo do processo político que levou Temer ao governo. Os autores, todavia, enfocam alguns aspectos essenciais para a construção de uma narrativa histórica emancipatória, que leva em conta o pensamento do Sul global, especialmente o da diáspora e decolonial africano.

Na sequência, em “Cooperação Brasil Moçambique na educação à distância: um estudo da implantação do curso de administração pública”, Ana Maria F. Menezes, Maria de Fátima H. Campos e Nilsa Adelaide I. E. P. Cherinda analisam a cooperação SUL-SUL, enquanto mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países frente a desafios comuns. Nesse artigo o foco é mantido na educação, agora com o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique, que faz parte do acordo de cooperação cultural, entre o governo brasileiro e o governo moçambicano. Para as autoras pode se afirmar que o Programa mencionado possibilitou o fortalecimento dos laços de cooperação do Brasil com Moçambique, através de Instituições de Ensino Superior vivenciando uma rica experiência de troca de conhecimentos e de formação de profissionais, que, apesar das imperfeições e imprecisões, podem fazer avançar os laços cooperativos do Brasil com os países lusófonos africanos.

Fechando os textos desse tema, a direção do questionamento que antes fazíamos aponta agora para outro lugar de fala. No título do seu artigo, Patrícia Godinho Gomes propõe e interroga, “Do pensar para o melhor agir: que África os africanos querem?”

Para responder a essa questão, a autora discute alguns aspetos ligados às independências dos países africanos, conquistadas entre os anos 1960 e os anos 1990, e as ideias subjacentes ao projeto histórico da unidade continental nos países submetidos à colonização portuguesa. Para tanto, usa as reflexões teóricas de intelectuais africanos, a exemplo de Amílcar Cabral. Seu objetivo é compreender o caminho percorrido pelos africanos na construção e produção de conhecimento sobre o continente e os principais

desafios do futuro. Com ênfase no debate acadêmico sobre temas de gênero em curso, o artigo conduz a reflexão de como e por quem é produzido o conhecimento sobre África.

Abrindo os artigos sobre aspectos sociais da realidade brasileira, Magda Cibele Moraes Silva e Ângela Maria Carvalho Borges, traz a baila a atual configuração da militância forense. Em "O trabalho em migalhas dos proletários da advocacia no contexto da 'economia das plataformas' no Brasil" situa as mudanças no trabalho dos advogados a partir dos reflexos da reestruturação produtiva do capital, caracterizadas por intensa inovação tecnológica em uma sociedade cada vez mais conectada e sob os influxos neoliberais. Entram em cena as plataformas digitais de intermediação/contratação de trabalho humano. As autoras analisaram as informações contidas em três plataformas virtuais para desvendar as principais características do labor da advocacia nesse novo contexto. A investigação, tomando por base um referencial teórico crítico e analítico do sistema socioeconômico vigente e suas interações com a ciência e as tecnologias, procurou identificar as dimensões mais afetadas do trabalho desses profissionais. Concluem que as plataformas virtuais configuram um acentuado processo de precarização das relações de trabalho do advogado no Brasil.

Por sua vez, Clóvis Caribé Menezes dos Santos em "MATOPIBA: Uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de "cerrados"? discute, a exemplo do que ocorre nas Savanas de Moçambique, o avanço do capital nos Cerrados brasileiros.

Esse bioma ocupa espaços territoriais em vários estados brasileiros, e para designar as áreas abrangidas pelo avanço recente do agronegócio em 4 deles (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) foi criado o acrônimo MATOPIBA, formado por suas letras iniciais. Neles predominava até recentemente uma estrutura agrária de ocupação econômica pela pecuária extensiva, combinada com agricultura mercantil simples e extrativismo dirigido à exportação. Situados em solos de elevada aptidão para o cultivo, passaram a ser considerados "a mais recente fronteira agrícola brasileira". Nesses espaços foram executados, historicamente, uma série de programas e inversões oficiais que contribuíram, de forma decisiva, para a sua expansão agrícola. O objetivo central desse artigo é ressaltar as profundas transformações da base técnica que ocorrem nos Cerrados dos quatro estados, a partir de grandes investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais. Trata-se do principal espaço de transformações no setor rural brasileiro no início do Séc. XXI e um dos

principais alvos da cobiça do agronegócio globalizado, em que são explícitos os processos econômicos associativos e estratégicos do capital financeiro na perseguição do lucro e da renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado.

A contrapelo do modelo do capital para o campo, em “A cidadania de Zé Francisco e a História ‘feita de baixo’: Os movimentos sociais de luta pela terra (Parte 2, 1989-2013)...”, o inglês Colin Henfrey completa a publicação do seu estudo iniciado no número 240 dos Cadernos do CEAS (2017).

Este memorável artigo deriva de matéria antropológica e oral coletada ao longo de 40 anos, principalmente na Chapada Diamantina baiana. Em forma narrativa, continua a história da mesma família extensa envolvida na luta pela terra nos anos setenta e oitenta. Na década seguinte, suas segundas e terceiras gerações contribuíram decisivamente para o sucesso do MST em mobilizar as ocupações e acampamentos, cuja transformação em assentamentos prometeu um futuro mais justo para a região. Porém este futuro ainda está tardando, ao ponto de os assentamentos servirem como ‘exércitos de reserva’ para o agronegócio local. O artigo sugere que a possibilidade deles se constituírem em uma alternativa sustentável ao domínio do agronegócio dependerá de dois processos: um novo padrão, descentralizado e democrático, de ‘desenvolvimento feito de baixo’; e um novo projeto político, promovendo esse tipo de solução à duradoura questão agrária brasileira e suas consequências sociais mais amplas.

Encerra os artigos desta edição, “América Latina en el siglo XXI: avances y retrocesos en las pautas de desarrollo social” de Marcelo Castillo - Carmen Midaglia. Para este cientista político uruguaio, no início do século XXI, a América Latina inaugurou um estágio de recuperação econômica acompanhado por uma importante mudança política, relacionada à qual as forças de esquerda assumiram os governos em um grupo de países. Nesse período, os países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai) registraram melhorias significativas no bem-estar, explicadas não apenas pelo crescimento da época, mas também porque a luta distributiva foi processada nos sistemas democráticos. As explicações acadêmicas supunham que, na fase de desaceleração econômica regional, ajustes moderados seriam produzidos essencialmente pela própria dinâmica democrática. O objetivo do autor é mostrar os avanços e inovações em proteção social no Cone Sul nos últimos quinze anos. Simultaneamente, como objetivo complementar, pretende ele testar explicações para um cenário conjuntural,

sobre as reformulações que estão sendo processadas em termos de proteção, tendendo a limitar e cortar os benefícios públicos.

Por fim, nosso leitor pode ainda desfrutar da interessante entrevista (“Cooperação Brasil Moçambique: uma história de cinema”) com o cineasta brasileiro Chico Carneiro. Vivendo em Moçambique há 32 anos, esse paraense, com uma câmara na mão e muitas ideias na cabeça, já percorreu Moçambique de Norte a Sul, Leste a Oeste captando imagens, dando eco a histórias de vida e luta por direitos de seu povo. Nesta entrevista, além da trajetória do cineasta, vem à tona a centralidade que o cinema, desde a independência do país, tem na educação da população, sobretudo em função da aposta de Samora Machel na utilização da imagem para a criação do homem novo e para a divulgação das conquistas da independência. É por meio do cinema que aspectos da história recente de Moçambique vão sendo revelados nesta entrevista.

Assim, em tempos de ameaças à democracia, que o Brasil e outros países enfrentam com apreensão, convidamos o leitor a tomar essa edição dos Cadernos do Ceas como mais uma contribuição à compreensão crítica do mundo que vivemos.

Dezembro de 2018.

Joaci de Sousa Cunha e Ângela Maria Carvalho Borges – Co-editores.